

*Alternativas a televisão comercial: análise histórico-comparativa do surgimento de emissoras educativas e/ou públicas no Brasil e no México.*

EDUARDO AMANDO DE BARROS FILHO\*

Há muito tempo, a televisão tem se constituído em um dos principais, senão o mais abrangente, meio de comunicação social no mundo ocidental, sendo que, no Brasil e no México, ela tem sido o principal veículo de entretenimento e informação da grande maioria da população, sobremaneira desde os anos de 1970. Sua ampla abrangência social tem formado e influído opiniões sobre questões nacionais e internacionais bem como tem colaborado para alterar comportamentos. No início de sua trajetória, o meio dispôs de dois modelos de operação: o público, notadamente na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália; e o comercial, com destaque para os EUA. Em momentos posteriores e diferenciados, países europeus ocidentais passaram a operar a TV dentro do modelo misto, ou seja, público, quase sempre mais arrojado, e o comercial. Contudo, nos EUA, a operação pública da TV pouco se desenvolveria. No Brasil e no México, a televisão nasceria e se desenvolveria em grande medida a partir da iniciativa privada e sob o modelo comercial. Iniciativas oficiais, voltadas para emissões públicas de TV, somente viriam a ser empreendidas pelo Estado brasileiro e o mexicano após quase duas décadas de operação do meio em seus territórios.

Entretanto, em muitos países da América Latina, e em diversos estágios do seu desenvolvimento, predominou um modelo de televisão de governo. Na maioria dos países latino-americanos, existiu e persistem emissoras chamadas públicas apenas pelo fato de pertencerem ao Estado ou alguma comunidade, em decorrência de dependerem de subvenções de governos. Nesses casos, o caráter “público” da televisão se dá mais pela questão de quem é o proprietário do que pela missão ou filosofia da emissora. Como destaca Rincón, tais investimentos televisivos carecem de um projeto que englobe conceitos de cidadania, sociedade civil e consumo cultural. O potencial de transformação do caráter público estaria minado caso a definição de TV pública se referisse apenas ao aspecto governamental, o que deixaria o meio como presa fácil à manipulação política e à corrupção. Não por acaso, a televisão na América Latina tem sido utilizada para benefício e propaganda do poder, como

---

\* Mestre em História pela FCL – UNESP/Assis.

são os casos lapidares da TVN (Televisão Nacional do Chile) sob o governo de Pinochet e a TNP (Televisão Nacional Peruana) no período político de Fujimori (RINCÓ, 2002, p. 332-4).

A televisão surgiu, na América Latina, durante as décadas de 1950 e 1960, quando a maior parte dos países estava sob algum tipo de regime autoritário: Batista em Cuba, Perón na Argentina, Pérez Jimenez na Venezuela, Rojas Pinilla na Colômbia, Odría no Peru, Stroessner no Paraguai e Ovaldo Candía na Bolívia. Sendo assim, grande parte dos países latino-americanos optou por começar com uma televisão estatal sob o controle do governo (CIFUENTES, 2002, p. 133). Exceções a essa regra, além de no Brasil e no México, apresentou-se no Uruguai e no Chile.

No Chile, a implantação da TV não se deveu essencialmente ao capital privado nem propriamente ao poder público central, mas sim da experimentação técnica das universidades e ficou durante anos confiada a elas (ZOLEZZY; CASTELLÓN; ARAOS, 2000, p. 119-20). Por outro lado, o início das transmissões televisivas no Uruguai é originário da iniciativa privada. As primeiras transmissões permanentes começaram no dia 7 de dezembro de 1956, com a TV Saeta, Canal 10, pertencente ao grupo Fontaina Defeo (AMAYA; CALCAGNO, 2000, p. 177-8). A televisão uruguaia teve um desenvolvimento mais modesto, diferentemente da mexicana e da brasileira, que concorrem nos grandes mercados televisivos mundiais. Tanto no Brasil quanto no México a televisão nasceu da iniciativa privada, desenvolvendo-se em grande medida dessa forma. A inauguração oficial da TV mexicana ocorreu no dia 31 de agosto de 1950, quando foram ao ar imagens do Canal 4 XHDF-TV, primeira emissora da América Latina, cuja concessão foi outorgada a Rômulo O'Farril Filho e funcionando sob a denominação Televisão do México (ELENES, 2000, p. 150). No Brasil, no dia 18 de setembro daquele mesmo ano, foram ao ar as primeiras imagens da TV Tupi, canal 3, de São Paulo, segunda emissora da América Latina, cujo concessionário era Assis Chateaubriand (SIMÕES, 2004, p. 17).

O período de surgimento da televisão tanto no Brasil quanto no México foi marcado pelo avanço do parque industrial nacional e crescimento dos centros urbanos, avolumando o mercado urbano-industrial. No México, a televisão surgiu durante o chamado “milagre mexicano” (1940-1968), que teve como principais características uma nítida estabilidade

política e um notório crescimento econômico. É importante ressaltar que o Estado construído após a Revolução Mexicana (1910-1920) implantou uma política protecionista e nacionalista, que propiciou resultados econômicos positivos (AQUILAR CARMÍN; MEYER, 2000, p. 211-67). No Brasil, a TV surgiu e teve seus primeiros avanços durante o embate político-econômico que, travado desde o final do Estado Novo até o golpe civil-militar de 1964, era pautado pela disputa, permeada de avanços e recuos, entre dois projetos de desenvolvimento: o nacionalista e o associado ao capital internacional. O primeiro projeto se caracterizava pela busca de certa margem de autonomia frente aos Estados Unidos para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, alicerçado em certa perspectiva de reforma social. O segundo grupo se apoiava em certo liberalismo econômico, sendo caracterizado pelos seus detratores, nacionalistas e forças da esquerda, como “entreguistas”, dado o entendimento generalizado de que os seus defensores desejavam “entregar” o país ao capital externo, sobretudo ao norte-americano (VIZENTINI, 2003. p. 197-8).

Em sua primeira década, tanto em terras brasileiras como mexicanas, a televisão se estabeleceu nos principais centros urbano-industriais. As iniciativas de implantação de emissoras de TV, a concorrência no setor e as inovações na programação televisiva ficaram restritas, praticamente, no Brasil, ao eixo Rio-São Paulo (BUSETTO, 2007, p. 195), e no México, à capital do país (RUIZ, 1988, p. 30). Nos dois casos, a televisão foi quase que exclusivamente assistida por uma elite, pois os televisores eram ainda vendidos a um preço muito alto. Outra característica marcante desse primeiro momento da televisão brasileira e mexicana foram os improvisos e as limitações técnicas dos equipamentos, resultando em uma baixa qualidade sonora e visual. A televisão só existia onde estavam erguidas as antenas de transmissão. Os telespectadores podiam captá-la num raio máximo de 100 quilômetros em torno do transmissor que gerava as imagens. Sendo assim, cada estação de TV tinha de prover a própria programação (DORELLA, 2012, p. 187). Apesar desses entraves, nos dois países, a televisão foi sendo conhecida aos poucos, inclusive, por meio de propagandas em rádios, jornais e revistas (BARROS FILHO, 2011, p. 119-20; DORELLA, 2012, p. 187).

Tanto no Brasil quanto no México, mesmo sendo adotada primeiramente pela iniciativa privada, a televisão foi se desenvolvendo com sólidos vínculos com o poder

público. Um exemplo da contribuição do governo federal brasileiro para o crescimento da televisão foram os empréstimos vantajosos e subsidiados, concedidos por bancos públicos a emissoras privadas (HAMBURGUER, 1998, p. 454). Não por acaso, no final da década de 1950, já existiam no Brasil dez emissoras de televisão em pleno funcionamento (MATTOS, 2002, p. 86).

Percebendo a importância estratégica da área de comunicação, os governos federais, brasileiro e mexicano, promulgaram, no início da década de 1960, uma legislação que, entre outras disposições, regulamentava o setor televisivo. Dez anos após o surgimento oficial da televisão mexicana, durante o mandato de Adolfo López Mateos, é promulgada a Ley Federal de Radio y Television (JIMÉNEZ-OTTALENGO, 1976, p. 620). No Brasil, em 1962, o governo Goulart fez aprovar o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Este, apesar de elaborado em tempos de vigência da democracia, não deixou de contar, em sua elaboração, com a significativa e marcante presença de representantes das Forças Armadas, as quais já se identificavam plenamente com a sinistra Doutrina de Segurança Nacional.<sup>1</sup> Com suas leis de telecomunicações, abriu-se campo para a consolidação, no Brasil e no México, diferentemente do que ocorrera em larga escala na Europa, de um modelo comercial privado de rádio e televisão, com um sistema de concessões públicas, ainda que preservando o direito da União de executar direitos idênticos e sucessivos (BOLANÕ, 2007, p. 620).

Entretanto, com a instauração do regime militar no Brasil, configurava-se um segundo ciclo para a televisão brasileira. O setor televisivo recebeu amplos investimentos e se desenvolveu acentuadamente quando comparado ao período pré-64. Com políticas voltadas para ampliação do mercado interno para produtos industrializados e a integração nacional, sobremaneira pela comunicação eletrônica, além de planos para poder contar com um meio abrangente e eficaz a serviço da propaganda do regime, o governo militar brasileiro e o revolucionário mexicano consolidaram a expansão da TV nos dois países, especificamente, por meio da constituição de uma infraestrutura para serviços nacionais e internacionais de telecomunicações (AQUILAR CARMÍN; MEYER, 2000, p. 277-9; MATTOS, 2002, p. 88-

---

<sup>1</sup> Os objetivos da Doutrina de Segurança Nacional vinculados às telecomunicações eram a integração nacional, integridade territorial, preservações dos valores morais e espirituais da nação e paz social (BORGES, 2003, p. 13-42).

93). Dessa forma, durante o ano de 1963, iniciaram-se as transmissões via satélite no México com a Telstar11 (ELENES, 2000, p. 157). No Brasil, em 1965, é criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), a qual tinha, entre outras, a finalidade de controlar e distribuir as transmissões de televisão. Com a Embratel, o governo federal deu início, também, a transmissões via satélite (SIMÕES, 2004, p. 27). Essas medidas propiciaram as condições necessárias para o estabelecimento de verdadeiras redes de tevê, uma vez que a programação das emissoras poderia ser exibida diretamente em várias partes dos territórios brasileiro e mexicano.

Desde a década de 1930, durante o governo Cárdenas, o Estado mexicano apoiou a exploração dos sistemas de radiodifusão por empresas privadas (DORELLA, 2012, p. 187). A TV no México foi marcada pelo relacionamento entre o regime do partido de Estado e os concessionários privados, desde Emilio Azcárraga, Rómulo O'Farril e Enrique Gonzáles Camarena, passando pelo *Telesistema Mexicano* (TSM), e a constituição da Televisa (CIFUENTES, 2002, p. 134). A família O'Farril possuía editoras, jornais, revistas e rádios, e o grupo Azcárraga foi pioneiro na radiodifusão comercial e proprietário de cinemas na Cidade do México (ESPINO, 1979, p. 1439-53). Em 1949, o então presidente do México, Miguel Alemán, concedeu a frequência do Canal 4 a Rómulo O'Farril. No ano seguinte, foi outorgada a concessão oficial para a exploração comercial do Canal 5 ao engenheiro Gonzáles Camarena. Em 1951, inaugurou-se o Canal 2, cuja concessão era da empresa Televimex, de propriedade da família Azcárraga (ELENES, 2000, p. 150-1).

O *Telesistema Mexicano* foi instituído, em janeiro de 1955, da fusão dos canais 2, 4 e 5. Em 1968, iniciaram-se as transmissões do Canal 8, pertencente ao grupo Visa (*Valores Industriales*), dirigido por Eugenio Garza Laguer. O nome Televisa (*Television Via Satélite*) surgiu, em 1973, da fusão entre o *Telesistema Mexicano* (Canais 2, 4, 5) e a *Television Independente de México* (Canal 8) (ELENES, 2000, p. 155-7). O monopólio criado na década de 1950 e o grande conglomerado formado durante os anos de 1970 demonstraram as facilidades dadas pelo governo mexicano para o desenvolvimento lucrativo da indústria televisiva do entretenimento. A Televisa, apesar de atuar com capital privado, desenvolveu-se estreitamente vinculada aos interesses do governo unipartidário mexicano, inclusive

convivendo com denúncias sobre suas ambições e a conivência com o Estado em possíveis atuações ilícitas (DORELLA, 2012, p. 186; ESPINO, 1979, p. 1439-53).

No Brasil, as medidas políticas e tecnológicas do governo militar, que permitiriam a integração nacional via TV e a formação de verdadeiras redes de televisão, valeram primeiramente à TV Globo, de Roberto Marinho, o qual pôde criar sua rede de televisão e posicioná-la como líder de audiência, graças também a benefícios oficiais diretos, conquistados em virtude de sua proximidade com o regime militar. Não por acaso, a rede de TV de Roberto Marinho pôde empreender e institucionalizar o “Padrão Globo de Qualidade”, igualando-se às maiores redes de TV do mundo bem como se posicionando acima de qualquer possível concorrência no território nacional, mesmo inviabilizando-a. (BUSETTO, 2007, p. 197-8)

Os interesses políticos do regime militar brasileiro e do governo unipartidário mexicano e as necessidades de comunicação criadas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no México, com a ampliação do mercado interno, o qual cada vez mais passava a investir a maior parte de suas verbas publicitárias na TV, possibilitaram que a televisão se posicionasse, a partir da década de 1970, como o principal meio de obtenção de informações nacionais e internacionais, assim como única fonte de entretenimento e cultura para a maioria dos grupos social e culturalmente desfavorecidos dos dois países (BUSETTO, 2007, p. 204; RUIZ, 1988, p. 30-1).

No Brasil, a TV Globo foi responsável por “certa atribuição tácita de inventariar e consolidar os aspectos constitutivos da nacionalidade nas esferas íntima, privada e pública”, colaborando, a seu modo, para a constituição de uma identidade nacional (BUCCI, 2004, p. 229). No México, a Televisa foi responsável por difundir uma imagem triunfalista que, amparada por redes de uma cultura comum e “apolítica” voltada a setores tão contrastados da população mexicana, destinava-se a provocar consenso, construído sobre inspiração norte-americana (GRUZINSKI, 2006, p. 299).

Com base no padrão televisivo norte-americano, as emissoras comerciais brasileiras e mexicanas tiveram, predominantemente, uma preocupação expressiva em associar informação ao entretenimento e ao lucro e, diferentemente das experiências televisivas europeias,



colocaram a questão cultural em segundo plano. Tanto no Brasil quanto no México, o desenvolvimento da televisão teve como resultado uma programação popular, apoiada nas novelas, programas de auditório, seriados e filmes americanos (ELENES, 2000, p. 161-6; MICELI, 2005, p. 28).

Segundo Alexandre Bergamo, a ideia de que a dramaturgia brasileira havia chegado ao “ridículo”, na década de 1960, só faz sentido se levar em conta que a referência utilizada para pensá-la era o teatro. Esse seria o momento em que a ficção – feita por profissionais vindos do rádio – começava a se distanciar do teatro e se aproximar do “público” do rádio que passava a possuir televisores. O que ocorreu é que o “povo”, antes tomado como sendo o “público” dos teledramas, passou também a ser a principal fonte de inspiração para os folhetins televisivos (BERGAMO, 2010, p. 70-1). Tal análise, apesar de ter sido feita levando em consideração a televisão brasileira, pode ser estendida, perfeitamente, à TV mexicana. Sendo assim, a consolidação da televisão como meio de comunicação de massa no Brasil e no México convive, então, com intensos debates acerca do papel social desse meio e seu eterno dilema entre “entreter ou conscientizar as massas” (GRUZINSKI, 2006, p. 299; RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2010, p. 108).

Desde o segundo pós-guerra, quando a televisão começava a ocupar um considerável espaço na vida cotidiana e, paulatinamente, a sua influência na vida social estava sendo percebida por alguns representantes de segmentos sociais, os modelos televisivos passaram a ser mais firmemente discutidos, sobretudo os riscos da informação única que o meio podia gerar. Percebe-se, assim, a necessidade de alargar o conjunto das emissões. Demanda que reacende o debate, em países da Europa ocidental e nos Estados Unidos, sobre os dois modelos televisivos: o público e o privado (JEANNENEY, 1996, p. 241).

Durante os primeiros anos de existência da televisão no Brasil e no México, não havia referência concreta a qualquer modelo de operação do meio que não fosse o comercial. No entanto, setores da imprensa impressa brasileira se ocuparam em apresentar experiências internacionais, principalmente, as mais largamente efetivadas na Inglaterra e outras poucas tentadas nos Estados Unidos, sem, contudo, deixar de compará-las à carência ou

inconsistência de iniciativas nacionais com relação à utilização da televisão brasileira com propósitos educacionais (BARROS FILHO, 2011, 261).

Apesar do estabelecimento de um modelo televisivo comercial em ambos os países, ancorado em uma programação que priorizava o entretenimento, visando à audiência e, principalmente, aos rendimentos das emissoras, existiram iniciativas voltadas à utilização do meio com propósitos educativos. Tanto no Brasil quanto no México, desde o início dos anos de 1950, os programas educativos estiveram presentes, porém, com espaços reduzidos na composição das grades de programação televisiva. Como exemplo, podem-se citar as transmissões educativas, sobretudo para crianças, exibidas pelos canais mexicanos 4 e 5, como *El Club Quintino*, *Teatro Fantástico* e *El coronel Gikturpin* (ELENES, 2000, p. 154). No Brasil, pode-se notar o surgimento dos primeiros cursos de educação via televisão, como os cursos destinados às mulheres, com aulas de inglês e artes culinárias, exibidos pela TV Tupi, de São Paulo, e o programa destinado a ensinamentos de como proceder no trânsito, veiculado pela TV Tupi do Rio de Janeiro (BARROS FILHO, 2011, 62).

No final da década de 1950 e início da de 1960, pululavam pelo mundo expectativas sobre os ricos frutos a serem colhidos em decorrência do uso da televisão de forma educativa. No Brasil e no México, além do aumento de programas educativos, inclusive por meio de parcerias entre as emissoras privadas e universidades e/ou poder público, ainda que em número ínfimo, quando comparado aos demais gêneros, surgiram as primeiras emissoras educativas. No México, em 1959, XEIP-Canal 11, do Instituto Politécnico Nacional (instituição pública de educação superior), considerada a primeira emissora educativa da América Latina, iniciaram-se as transmissões na Cidade do México. Em 1960, no Brasil, foi criada a TV Cultura, Canal 2, de São Paulo, instituída com vistas à emissão de programação cultural/educativa, fruto da iniciativa de Assis Chateaubriand, proprietário de amplo condomínio comunicacional que, inclusive, operava diversas emissoras de TV (BARROS FILHO, 2011, p. 121; ELENES, 2000, p. 151-2).

Alguns anos adiante, as definições e iniciativas em direção a uma televisão educativa foram encampadas pelo Estado brasileiro, então sob o regime militar, e mexicano, sob o governo revolucionário. Nessa direção, foi criada, em 1967, em meio a outras medidas



estruturais voltadas para a ampliação do campo televisivo brasileiro, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), também foram elaborados projetos para incentivar a implementação de emissoras educativas públicas e intentar constituir uma rede de tais emissoras sob o comando do poder federal.

A primeira emissora televisiva pública brasileira a entrar no ar foi a TV Universitária de Recife, canal 11, mantida pela Universidade Federal de Pernambuco, inaugurada no dia 22 de novembro de 1968. A instituição da Fundação Padre Anchieta e a compra da TV Cultura pelo Governo do Estado de São Paulo ocorreram um ano antes; entretanto, a TV Cultura pública iniciou suas transmissões somente no dia 15 de junho de 1969. Entre 1967 e 1974, foram criadas mais sete emissoras com esse perfil, tendo as mais distintas vinculações e razão social, comandadas tanto pelo governo federal quanto por governos estaduais bem como, em alguns casos, por universidades federais. Foram elas: TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Ceará, TV Educativa do Espírito Santo, TV Educativa do Maranhão, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Universitária do Rio Grande do Norte e TV Educativa do Rio Grande do Sul (BARROS FILHO, 2011, p. 72-3).

No México, durante o ano de 1968, iniciaram-se as transmissões de XFDF Canal 13, na capital federal. Essa emissora foi concessionada a Francisco Aguirre, que fundou a *Corporación Mexicana de Radio y Televisión*. Em 1972, o Governo Federal comprou as ações do Canal 13, que deixou de ser privado para se tornar um canal público. Em março do mesmo ano, o governo de Luís Echeverría comprou, por meio da Sociedade Mexicana de Crédito Industrial, *La Corporación Mexicana de Radio y Televisión*, afiliada, desde 1968, ao Canal 13 (ELENES, 2000, p. 158-9; ESPINO, 1979, p. 1439). O governo mexicano financiou ambiciosamente seu primeiro canal de televisão, ampliando sua cobertura, reformulando sua programação e equipando-o com uma moderna infraestrutura de produção televisiva, com a finalidade de atuar como uma “Televisión Cultural de México” (slogan do canal) (AQUILAR CARMÍN; MEYER, 2000, p. 277-9; ESPINO, 1979, p. 1468). Em 1985, o Estado mexicano criou a *Imevisión (Instituto Mexicano de La Televisión)*, que incorporou o Canal 13 e suas afiliadas, além dos canais 7 e 22, com diversas emissoras regionais, anteriormente integrados à *Rede Nacional de Televisión Rural del México*. Apesar de todos os esforços, durante

sexênio do presidente Carlos Salinas de Gotari, no ano de 1994, o Estado mexicano vendeu Imevisión para a iniciativa privada (ELENES, 2000, p. 160).

Vale lembrar que o ano de 1968 é marco do processo de esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial caracterizado como “milagre mexicano” e início de um período chamado de “transição mexicana”, a qual duraria até 1984. Esse período, caracterizado pelo enfraquecimento da legitimidade do governo revolucionário, recolocava a pergunta sobre a duração e o destino do sistema político e institucional derivado do pacto social conhecido como Revolução Mexicana (AQUILAR CARMÍN; MEYER, 2000, p. 267). A intensificação do investimento nos meios de comunicação, notadamente a compra de uma emissora televisiva por parte do governo federal denotaram a busca de um público que havia desertado dos meios tradicionais de informação do Estado e a urgência de restaurar sua credibilidade e de recompor sua audiência (AQUILAR CARMÍN; MEYER, 2000, p. 277; RUIZ, 1988, p. 46).

No Brasil, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, após seis anos de operação como centro produtor e distribuidor de programas educativos, recebeu a autorização para o estabelecimento de uma emissora televisiva utilizando o canal 2, do Rio de Janeiro. A TVE funcionou de maneira experimental até 1977, quando foram iniciadas as transmissões em caráter definitivo. A FCBTVE produziu e distribuiu programação, ao longo do ano de 1980, para as emissoras integrantes do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED) e respectivas retransmissoras. Em 1982, com a reforma administrativa efetuada pelo MEC, a FCBTVE incorporou a Secretaria Especial de Aplicações Tecnológicas (SEAT) e o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), dando origem ao FUNTEVÊ (Fundo de Financiamento da Televisão Educativa). Na década seguinte, novas alterações no órgão foram implementadas que, somadas a outras nos anos 2000, a modificaram por completo.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em 1990, surge mais uma alteração na razão social da instituição, transformando a FUNTEVÊ em Fundação Roquette-Pinto (FRP). Entretanto, as finalidades e objetivos foram preservados. A partir de 1993, a FRP e suas emissoras, a TVE do Rio de Janeiro e a Rádio MEC, enfrentaram uma séria crise econômica, resultando no declínio de sua programação e numa diminuição significativa do apoio técnico e financeiro que prestavam às coirmãs. Em 1997, iniciaram-se as negociações, no âmbito do Governo Federal para a extinção da Fundação Roquette-Pinto e sua substituição por uma Organização Social, fato que se concretizou, em janeiro de 1998, com a implantação da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). Em 2007, a ACERP repassou suas concessões para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a TV Educativa do Rio de Janeiro, mais

Os debates e as iniciativas sobre a utilização da TV de maneira educativa, iniciados no Brasil e no México na década de 1950 e intensificados na seguinte, inclusive com a participação estatal, influenciaram as principais emissoras comerciais dos dois países. Não é por acaso que, em 1977, a Rede Globo de Televisão iria se interessar por essa área por meio do artifício da criação da Fundação Roberto Marinho, que, não tendo fins lucrativos, passou a receber verbas públicas e abatimento de impostos para projetos de teleeducação, resultando na produção e veiculação do *Telecurso* (OLIVEIRA, 2011, p. 155-6). Nessa mesma direção, um ano antes, era instituída a *Fundación Cultural Televisa*, representando o compromisso cultural e educativo por parte da emissora líder de audiência no México (ELENES, 2000, p. 158).

Ao que tudo indica, a iniciativa privada e a ação estatal se complementaram na consolidação do campo televisivo brasileiro e mexicano. A televisão pública nasceu, no Brasil e no México, com a incumbência de suprir duas carências: a falta de programas cultural-educativos nas emissoras comerciais e a fragilidade do sistema educacional brasileiro<sup>3</sup> e mexicano<sup>4</sup>. Tratando-se de países com gigantescas dimensões, com graves problemas educacionais, provavelmente, além de mobilizar instrumentos convencionais, seus respectivos governos buscaram a utilização de um meio de comunicação que se encontrava em pleno desenvolvimento e com marcante penetração entre os cidadãos para vencer esse dramático desafio no campo da educação. A presença direta do Estado era complementada também pela criação, no Brasil e no México, de emissoras públicas instaladas em regiões críticas por questão de segurança nacional, funcionando em regiões desinteressantes comercialmente. No caso brasileiro, a criação e a manutenção da TV Nacional, de São Félix do Araguaia, e sua homônima, em Fernando de Noronha (LEAL FILHO, 1988, p. 38); no mexicano, a rede de *Televisión Rural* (JIMÉNEZ-OTTALENGO, 1976, p. 620). Tais medidas visavam ainda tornar mais eficiente o processo de inculcação ideológica tanto do regime militar brasileiro

---

tarde TV Educativa do Brasil (ou simplesmente TVE Brasil) foi extinta para dar lugar a TV Brasil (MILANEZ, 2007, passim).

<sup>3</sup> No final da década de 1960, o Brasil possuía cerca de 20 milhões de analfabetos adultos e vastas áreas ainda não atingidas pela educação primária (BARROS FILHO, 2011, p. 77).

<sup>4</sup> No México, segundo o censo de 1970, da população de 10 anos ou mais, 23% era analfabeta, e de 6 anos ou mais, 34,83% era analfabeta (JIMÉNEZ-OTTALENGO, 1976, p. 611).

como do revolucionário mexicano, utilizando a televisão como veículo de integração cultural (LEAL FILHO, 1988, p. 39; JIMÉNEZ-OTTALENGO, 1976, p. 620).

Cabe ressaltar que não se está afirmando que o campo televisivo em ambos os países se estabeleceu de maneira igual, homogênea e uniforme. O que se buscou ressaltar são as muitas proximidades que cercaram a televisão desde sua instalação no Brasil e no México bem como em muitos dos momentos de trajetória de desenvolvimento do meio em ambos os países.

## REFERÊNCIAS

AQUILAR CARMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

AMAYA, Martín; CALCAGNO, Juan Manoel. A televisão no Uruguai – TV empresarial e escassa produção nacional. In: REIMÃO, Sandra (org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000. p. 119-20.

AZEVEDO, Flávia. et al. *Sistemas públicos de comunicação no mundo*. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. Imaginários políticos no Brasil e no México. In: BEIRED, José Luís; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARROS FILHO, Eduardo Amando. *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BEIRED, José Luís; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BERGAMO, Alexandre. Anos 1960: a televisão em ritmo de popularização. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998, p.119-150.

BOLANÕ, César Ricardo Siqueira. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?*. São Paulo: Paulus, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BUCCI, Eugênio (org). *A TV aos 50: Criticando a televisão brasileira em seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. Bauru: EDUSC, 2004.

BUSETTO, Áureo. Relações Entre TV e o Poder Político: Dados Históricos para um Programa de Leitura Dos Produtos Televisivos no Ensino e Aprendizagem. In: PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Núcleos de Ensino: Artigos de 2005*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. A Mídia Brasileira como Objeto da História Política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, R. N. N. et. al. (orgs.). *Dimensões da Política na Historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Maços na Gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói: EDUFF, 2009.

\_\_\_\_\_. Sintonia com o contemporâneo: a TV como objeto e fonte da história. In: BEIRED, José Luís; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

\_\_\_\_\_. Imagens em alta indefinição: produção televisiva brasileira nos estudos históricos. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) *Imagem em debate*. Londrina: Eduel, 2011.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O*

tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CIFUENTES, Diego Portales. A EMPRESA: A televisão pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, Omar (org.). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stifung, 2002, p. 119-153.

CORNER, John. Finding data, Reading patterns, telling stories: insues in the histotigraphy of television. In: *Média, Culture e Society*, 25 (2), p. 192-219, 2003.

DORELLA, Priscila Ribeiro. *Octavio Paz: estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

ELENES, Laura Márques. México em tempo de televisão. In: REIMÃO, Sandra (org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

ESPINO, Efraín Pérez. El monopolio de la televisión comercial en México (El caso Televisa). *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 41, n. 4, p. 1435-1468, 1979.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) *Imagem em debate*. Londrina: Eduel, 2001.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristovão Colombo à Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

HAMBURGUER, Ester. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da Vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.

JIMÉNEZ-OTTALENGO, Regina. El perfil de los médios de difusión massiva en México. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 38, n. 3, p. 609-625, 1976.

LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das câmeras: relações entre cultura, Estado e televisão*. São Paulo: Summus, 1988.

\_\_\_\_\_. *A melhor TV do mundo. O modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

MANTECÓN, Álvaro Vázquez. Imaginários contraculturais na segunda metade do século XX no México: o surgimento do cinema em Super 8. In: BEIRED, José Luís; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MICELI, Sérgio, *A noite da madrinha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MILANEZ, Liana. *TVE Brasil: cenas de uma história*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

OLIVEIRA, Wellington Amarante. Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011. p. 155-6.

PALHA, Cássia Rita Louro. *A Rede Globo e o seu Repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

REIMÃO, Sandra (org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REY, Germán Beltrán. Panorama: o cenário móvel da televisão pública. In: RINCÓN, Omar (org.). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stifung, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

RINCÓN, Omar (org.). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

RUIZ, Enrique E. Sánchez. Los médios de difusión massiva y la centralización en México. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, v. 4, n. 1, p. 25-54, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da Vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMÕES, Inimá. *A nossa TV Brasileira: por um controle social da televisão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ZOLEZZY, PÍA; CASTELLÓN, Lucia; ARAOS, Carlos. A televisão no Chile – um panorama. In: REIMÃO, Sandra (org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000. p. 119-20.